

Idéias em debate

Uma pré-constituente em defesa da família

JOSÉ PEDRO GALVÃO DE SOUZA

O 1º Congresso Nacional em Defesa da Família e dos Valores da Civilização Cristã, realizado em Brasília nos dias 2, 3 e 4 do mês corrente, com assembleia inaugural no Auditório Petrônio Portela, do Senado, foi uma autêntica e significativa manifestação das aspirações do povo brasileiro em face da próxima Constituinte.

O povo não deve ser confundido com a massa eleitoral, tangida pela propaganda, que pequenos grupos manipulam com o poder do dinheiro. Não é um agregado de indivíduos que, mediante o sufrágio universal, dão um mandato supremo e ilimitado a deputados que vão deliberar por sua própria conta ou segundo as injunções partidárias, deixando frequentemente de representar a vontade dos eleitores aos quais devem a investidura recebida.

Por outras palavras, o povo não é a multidão informe, mas um conjunto orgânico de famílias e outros agrupamentos constituindo a sociedade política.

Por isso mesmo, quando, com toda a razão, se quer que a futura Constituição brasileira seja não uma carta imposta por minorias de políticos e intelectuais alheios ao sentir do povo, mas um reflexo da constituição social e histórica da comunidade nacional, o que importa, antes de mais nada, é que as famílias e aqueles outros grupos onde estão os interesses reais dos homens concretos — e não dos cidadãos em abstrato — expressem as suas reivindicações e se arremitem para que estas possam ser devidamente atendidas.

É o que acaba de ser feito por iniciativa de pais e mães de família, apreensivos quanto aos rumos a serem seguidos na próxima Constituinte, em face da desagregação social e moral em que nos encontramos. A Comissão Executiva teve à sua frente a professora Maria Cora Menna Barreto Monclaro, a cuja decidida e corajosa atuação, juntamente com seu ilustre consorte, dr. Amaury de Souza Melo, se deve o auspicioso resultado alcançado pelo Congresso. Delegações de vários Estados reuniram-se no Palácio das Convenções de Brasília para debater o ténario proposto, compreendendo as mais relevantes e candentes questões do momento, divididas pelas seguintes comissões: 1) Civilização cristã, seus valores. Perspectivas cristãs da cultura. 2) Valores fundamentais da família. 3) A decadência social, suas causas, seus agentes. 4) A família cristã diante da revolução sexual. 5) A família e os meios de comunicação. 6) A família e a educação. 7) Defesa da família e dos valores da civilização cristã. Nesta última comissão, incluíam-se, entre outros temas, a família e a Constituinte, a legislação em defesa da família e a problemática da censura.

As conclusões dos trabalhos, em relatório a ser apresentado às autoridades, são precedidas de um preâmbulo em que se afirma a idéa essencial do Congresso: a família é anterior ao Estado e o casamento é uma instituição natural e divina. Cumpre ao Estado protegê-la contra os fatores adversos e, no exercício de sua função subsidiária, auxiliá-la para a plena realização de seus fins. Ora, o que estamos vendo, em nossos dias, é que, por toda parte, o dirigismo estatal, absorvendo cada vez mais a economia e imiscuindo-se indevidamente no âmbito da família, chega ao ponto de promover planeamento da natalidade e estancar as fontes da vida, com a legislação permissiva do aborto, além de, muitas vezes, se substituir aos pais na educação dos filhos.

Diante de tão sérios problemas e dos riscos a que estamos sujeitos, num momento de tantas incertezas, bem se pode compreender o alcance da justa e oportuna proclamação do Congresso de Defesa da Família e dos Valores da Civilização Cristã: respeite-se a constituição da família!

E muito a propósito, vemos lembrada, no memorial das conclusões apresentadas, palavras de um dos maiores estadistas que teve a Argentina. Presidente da República nesse país, estimadíssimo de seu povo, sem nunca ter sido um cortejador das massas e um líder populista, Hipólito Irigoyen, quando lhe levaram um projeto de lei sobre o divórcio, que devia ser submetido à sua sanção, afirmou categoricamente: "a constituição da família é matéria de suma gravidade e de tal importância que a respeito dela os deputados não podem pretender deliberar invocando a delegação popular que receberam".

Essas palavras denotam um sentido profundo do direito natural, cuja violação, em muitas legislações do nosso tempo, vai contribuindo para a destruição da família. É o recente congresso reunido em Brasília foi o início de um movimento de dimensões nacionais em prol dos princípios do direito

natural e do direito cristão, sem cuja observância a nova Constituição brasileira, sob o influxo das ideologias revolucionárias, virá precipitar o País numa crise sem precedentes.

Tal movimento vem atender à convocação do papa João Paulo II, em discurso proferido aos bispos italianos reunidos em Roma e válida para todos os povos que queiram resguardar os valores fundamentais da nossa civilização. Disse o Sumo Pontífice: "A questão ética é cada vez mais questão central do nosso tempo, de maneira que cada vez mais urgente se faz a exigência de uma mobilização de todas as forças sãs da nação, para fazer frente aos estímulos destrutivos que a ameaçam" (*Osservatore Romano*, edição semanal em língua portuguesa, 1º de junho de 1986).

Aliás, em várias comissões do Congresso de Defesa da Família, os assuntos a que se deu mais ênfase foram exatamente os relativos à degeneração de costumes e à onda crescente de imoralidade, que vai penetrando na intimidade dos lares com manifestações insidiosamente atraentes, aceitas como inocuas e naturais. É o que estamos vendo nos filmes, nos videocassetes, nas novelas de televisão e até na propaganda comercial. Mereceu também muita atenção dos congressistas o problema dos menores, seu abandono, as influências deletérias que recebem, como ainda a difusão dos tóxicos.

Cumpre registrar oportuna moção dirigida à hierarquia da Igreja e ao clero para que não mais permitam a utilização das igrejas para atividades não religiosas, num processo de dessacralização e folclorização, com anúncios comerciais, cenas de novelas e filmes, gravação de músicas populares por vezes indecorosas, transformação do altar em palco. Acrescentem-se as numerosas celebrações litúrgicas que têm servido a fins políticos, demagógicos e revolucionários, como ocorreu há poucos dias na catedral de São Paulo, com a exploração do cadáver do padre Josimo durante o ato mais sagrado da religião, o Santo Sacrifício da Missa.

Com o apoio e a presença do senador José Frageli, presidente do Senado Federal, e de vários parlamentares, identificados aos objetivos do congresso, foi este realizado sem ajuda financeira, sem muito noticiário na imprensa e sem a cobertura da TV, que seria necessária para dar ampla repercussão à iniciativa. Realça-se, assim, o decidido empenho de seus promotores e dos participantes, dispostos a prosseguir neste salutar empreendimento destinado a despertar a consciência nacional e reconduzir o Brasil aos rumos da sua vocação histórica.